



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**Monografia de final de curso**

**MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE TRABALHO NO BRASIL DO PLANO DE  
METAS DE JK ATÉ A CRISE ECONÔMICA DE 1982**

**Fernando Stappazzoli Fontoura Gonçalves  
Matrícula: 2012491**

**Orientador: Roberto Simonard**

**Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.**

**As opiniões expressas nesse trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.**

## **Agradecimentos**

Ao concluir esta monografia, seria injusto da minha parte deixar de expor minha profunda gratidão a todos aqueles que estiveram ao meu lado nesta longa jornada acadêmica.

Inicialmente, gostaria de expressar minha sincera gratidão aos meus pais, Augusto e Paloma, pelo apoio incondicional dado durante todo esse período. A constante presença e encorajamento que sempre buscaram proporcionar foram fundamentais para possibilitar que tudo fluísse.

Agradeço também ao meu orientador, cuja mentoria e a forma de condução das conversas se mostraram essenciais para moldar tanto o conteúdo quanto a direção deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos que, durante todo esse processo, contribuíram fortemente para que tudo ficasse mais leve, proporcionando bons momentos e um grande suporte quando necessário.

A todos vocês, devo meu sincero obrigado por fazerem parte desta jornada e por contribuírem para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Este trabalho com toda certeza não teria sido possível sem o constante apoio de vocês. Obrigado!

## Sumário

Resumo.....	6
Introdução .....	7
capítulo 1: o plano de metas de jk e a modernização do brasil (1956 – 1961). 12	
1.1 Cenário político do Brasil e a ascensão de Juscelino Kubitschek.....	12
1.2 Plano de Metas: Principais objetivos e setores estratégicos.....	13
1.3 Efeitos das políticas de JK na economia brasileira .....	14
1.4 Mudanças nas relações de trabalho, urbanização e industrialização .	16
Capítulo 2: Primeiras mudanças nas práticas de trabalho (1956 – 1961) .....	17
2.1 Industrialização e urbanização: Expansão das indústrias e suas necessidades de mão de obra .....	17
2.2 Migração Rural-Urbana: Mudanças demográficas e sua influência no mercado de trabalho .....	18
2.3 Formação e qualificação da mão de obra: Novas demandas por qualificação profissional .....	20
Capítulo 3: Mudanças nas práticas de trabalho durante os governos Goulart e Ditadura Militar (1961 – 1973) .....	23
3.1 Contexto político e econômico: Introdução ao governo Goulart e a transição ao regime militar .....	23
3.2 Reformas trabalhistas e sindicais no governo Goulart: Principais tentativas de reforma e seu impacto .....	24
3.3 Ditadura Militar e controle sobre os trabalhadores: repressão sindical, controle salarial e mudanças nas práticas de trabalho .....	26
3.4 “Milagre Econômico” e mercado de trabalho: Impacto do crescimento acelerado nas oportunidades de emprego e na qualificação .....	27
Capítulo 4: A crise do Milagre Econômico e a precarização do trabalho (1974 – 1979) .....	28
4.1 Choques econômicos internos e externos: Crise do petróleo e endividamento externo.....	28
4.2Medidas de Ajuste Econômico: Políticas adotadas e seus reflexos no mercado de trabalho .....	29
4.3 Precarização do Trabalho: Aumento do desemprego, crescimento da informalidade e migração do campo para a cidade .....	29
Capítulo 5: O impacto da segunda crise do petróleo e a crise econômica de 1982 (1979 – 1982) .....	31
5.1 Segunda crise do petróleo: Contexto global e repercussões no Brasil ...	31
5.2 Aprofundamento da Recessão e Políticas de Austeridade: Consequências econômicas e sociais .....	32

5.3 Impactos no Mercado de Trabalho: Aumento do desemprego, intensificação da precarização e mudanças nas práticas de trabalho .....	32
5.4 Legado da Crise: Consequências de longo prazo no mercado de trabalho .....	33
Capítulo 6: Reflexões Finais e Perspectivas Futuras .....	35
6.1 Síntese das Mudanças: Recapitulação das principais transformações nas práticas de trabalho ao longo do período estudado .....	35
6.2 Impactos de Longo Prazo: Efeitos das mudanças nas relações de trabalho pós-1982 .....	36
6.3 Perspectivas Futuras: Reflexões sobre tendências e desafios para o mercado de trabalho no Brasil .....	37
Bibliografia.....	39

## RESUMO

Este estudo analisa as transformações no mercado de trabalho brasileiro desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek na década de 1950 até a crise econômica de 1982. Aqui vai ser explorado como as iniciativas de desenvolvimento industrial e modernização impactaram a economia e, especialmente, a vida dos trabalhadores, avaliando os custos e benefícios para a força de trabalho e as mudanças nas relações trabalhistas frente ao crescimento urbano e novas demandas industriais. A pesquisa também aborda a crise dos anos 80, marcada por alta inflação e endividamento externo, e como as medidas de austeridade afetaram significativamente o mercado de trabalho. Vai ser adotada uma metodologia que integra revisão de literatura e análise empírica para detalhar as consequências destas políticas e suas interações complexas com a realidade social. Este resumo apresenta um olhar sobre como as políticas econômicas modelaram a realidade laboral e econômica do Brasil neste período. Através deste estudo, busco contribuir para a compreensão das dinâmicas econômicas passadas e suas implicações para um mundo mais atual, sugerindo diretrizes para políticas de trabalho mais justas e eficazes.

## INTRODUÇÃO

Entre 1956 e 1982, o Brasil passou por uma era de intensas transformações econômicas, marcadas inicialmente pelo otimismo desenvolvimentista do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e posteriormente pelas severas adversidades da crise econômica dos anos 80. Este período crucial oferece uma visão em que podemos examinar as complexas relações entre políticas de desenvolvimento econômico e as transformações no mercado de trabalho. Juscelino Kubitschek, ao assumir a presidência em 1956, lançou o Brasil em uma jornada de industrialização acelerada e modernização de infraestrutura, com o objetivo ambicioso de viver "cinquenta anos em cinco". Esta política gerou um boom econômico que alterou profundamente as paisagens urbanas e industriais, criando novas oportunidades de emprego, mas também expondo disparidades regionais e setoriais significativas. Enquanto áreas urbanas vivenciavam um crescimento econômico sem precedentes, muitas regiões rurais e setores menos dinâmicos lutavam com a marginalização econômica. Avançando para a década de 1980, a situação se inverteu drasticamente. O Brasil vivenciou uma crise econômica devastadora, caracterizada por inflação descontrolada e crescente endividamento externo. As medidas de austeridade implementadas para combater esses problemas tiveram efeitos duradouros e muitas vezes dolorosos sobre o mercado de trabalho, com altas taxas de desemprego e deterioração das condições de trabalho. Este estudo se propõe a explorar como essas distintas fases de política econômica influenciaram diretamente a vida dos trabalhadores brasileiros. Pretendo analisar as mudanças nas taxas de emprego, na qualidade das condições de trabalho, e nas relações trabalhistas, destacando tanto os avanços quanto os retrocessos experimentados pelos trabalhadores ao longo deste período. A ideia central é compreender as dinâmicas que definiram a evolução do trabalho no Brasil, refletindo sobre as lições que essas décadas de transformação podem ensinar para enfrentar os desafios contemporâneos do mercado de trabalho brasileiro.

## **Motivação**

A escolha deste tema para pesquisa é motivada por um interesse em compreender como grandes períodos de transformação econômica afetam o mercado de trabalho. Este estudo pretende explorar as mudanças no emprego e nas condições laborais que ocorreram desde o lançamento do Plano de Metas por Juscelino Kubitschek até a crise econômica de 1982. Através desta análise, busco entender como iniciativas de desenvolvimento econômico e modernização impactaram os trabalhadores brasileiros. Explorando as etapas dessas transformações, este projeto visa descobrir como mudanças estruturais e econômicas podem redefinir oportunidades de trabalho, afetar salários e alterar a qualidade de vida dos trabalhadores. O estudo também procura avaliar como os períodos de crescimento e recessão contribuem para a formação de novos paradigmas no ambiente de trabalho.

## **Métodos**

Para a realização deste projeto de pesquisa, visei adotar uma abordagem metodológica exploratória, que permitiu uma análise profunda das transformações nas práticas de trabalho no Brasil entre o Plano de Metas de JK e a crise econômica de 1982. Utilizei a revisão bibliográfica como principal técnica de coleta de dados, selecionando fontes primárias e secundárias, incluindo artigos acadêmicos, livros de história econômica do Brasil, documentos governamentais e registros de época, para construir uma narrativa coesa e fundamentada. Além disso, foi empregada a análise documental para examinar documentos históricos que ofereceram insights sobre as políticas implementadas nos períodos estudados e seus impactos nas práticas laborais. Esse método permitiu não apenas a compreensão das mudanças ocorridas, mas também uma reflexão crítica sobre as consequências sociais e econômicas dessas políticas ao longo do tempo.

## **Fontes de dados**

As fontes de dados para este estudo foram criteriosamente selecionadas para garantir uma compreensão abrangente das mudanças nas práticas de trabalho no Brasil durante o período analisado. O estudo buscou se basear em uma ampla gama de materiais que incluíam artigos acadêmicos, publicações históricas, estatísticas oficiais e relatórios de entidades governamentais. Livros que detalham a história econômica do Brasil foram essenciais para entender o contexto econômico e político das décadas abordadas. Jornais e revistas da época também foram consultados para capturar as percepções e reações contemporâneas às políticas trabalhistas e econômicas. A combinação dessas fontes proporcionou uma base sólida para analisar as mudanças nas relações de trabalho e suas implicações para os trabalhadores brasileiros.

## **Resultados pretendidos**

Os resultados pretendidos com a conclusão deste projeto visam contribuir para o entendimento das complexas transformações nas práticas de trabalho no Brasil, destacando como as políticas econômicas e os eventos históricos moldaram o mercado de trabalho desde o governo de Juscelino Kubitschek até a crise econômica de 1982. O estudo busca trabalhar expondo as diferentes conexões entre desenvolvimento econômico, políticas governamentais e práticas laborais, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as decisões políticas e suas repercussões socioeconômicas. Além disso, espera-se que esta pesquisa sirva como um recurso informativo para acadêmicos, estudantes e interessados na história econômica do Brasil, enriquecendo o entendimento sobre os fatores que contribuíram para as mudanças observadas no mercado de trabalho e nas práticas de emprego.

## **CAPÍTULO 1: O PLANO DE METAS DE JK E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL (1956 – 1961)**

### **1.1 Cenário político do Brasil e a ascensão de Juscelino Kubitschek**

Nos anos 1950, o Brasil passava por significativas transformações políticas e econômicas. A ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência, em 1956, marcou o início de um novo ciclo de desenvolvimento. Com o famoso slogan “cinquenta anos em cinco”, JK trouxe uma visão ambiciosa para o futuro do país, centrada na industrialização e na modernização de setores estratégicos. Essa perspectiva foi viabilizada por um contexto de relativa estabilidade política, especialmente se comparado às décadas anteriores, que haviam sido marcadas por turbulências e incertezas.

O governo JK surgiu em um momento de expansão da economia mundial, impulsionada pela recuperação do pós-guerra. O Brasil, inserido nesse cenário internacional, encontrou oportunidades para atrair investimentos estrangeiros, fundamentais para a implementação de políticas de desenvolvimento. A urbanização crescente e as mudanças sociais profundas eram evidentes, com a população cada vez mais concentrada em áreas urbanas, onde a demanda por empregos industriais crescia rapidamente. Essa conjuntura criou o terreno fértil para que as políticas desenvolvimentistas de JK se enraizassem e pudessem transformar a estrutura econômica e social do país.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência após um período conturbado de transição para a democracia, seguindo o fim da era Vargas e a curta administração de Café Filho. O cenário político, caracterizado pela necessidade de conciliar interesses de diversos grupos, desde as elites tradicionais até os novos atores sociais emergentes, como a classe média urbana e os trabalhadores industriais, exigiu de JK uma habilidade política singular. Sua capacidade de formar amplas alianças, por meio de articulações diplomáticas e uma liderança carismática, foi essencial para o sucesso de suas políticas desenvolvimentistas.

O contexto global da época também favoreceu sua administração. A Guerra Fria polarizava o mundo e criava oportunidades para que países em desenvolvimento buscassem alianças estratégicas com as grandes potências. JK adotou uma postura pragmática, alinhando-se aos Estados Unidos, com o objetivo de atrair investimentos e tecnologia que pudessem acelerar o processo de industrialização. Essa relação estratégica ajudou a viabilizar o ambicioso Plano de Metas, que seria o eixo central de seu governo.

Ao apresentar o Plano de Metas, JK delineou um conjunto de políticas que envolviam investimentos maciços em setores como energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. O plano visava não apenas

modernizar o país no curto prazo, mas inseri-lo de maneira mais competitiva na economia global. Para sua formulação e execução, JK contou com uma vasta rede de técnicos e economistas, tanto nacionais quanto internacionais, que ajudaram a definir prioridades e a direcionar os investimentos necessários. A abordagem de JK, ao mesmo tempo centralizadora e democrática, demonstrava sua habilidade em equilibrar a presença do Estado e a participação da iniciativa privada.

O nacionalismo crescente, combinado com um forte desejo de emancipação econômica, encontrou em JK um líder capaz de canalizar essas aspirações. A construção de Brasília, a nova capital federal, foi o símbolo máximo dessa nova era. Mais do que uma simples transferência administrativa, a mudança da capital para o interior do país foi uma estratégia geopolítica audaciosa, que visava integrar as regiões menos desenvolvidas e promover a ocupação do vasto território brasileiro. JK sabia que o sucesso de seu plano dependia tanto de investimentos econômicos quanto do apoio político e social, e por isso trabalhou incansavelmente para construir um consenso em torno de suas políticas.

Portanto, o cenário político do Brasil na época da ascensão de JK foi moldado por uma combinação de estabilidade interna e oportunidades globais. Sua visão audaciosa de desenvolvimento e sua habilidade de articular diferentes interesses foram fundamentais para o sucesso inicial do Plano de Metas, que se tornaria um marco na história do desenvolvimento brasileiro e influenciaria políticas econômicas e sociais nas décadas subsequentes.

## **1.2 Plano de Metas: Principais objetivos e setores estratégicos**

O Plano de Metas, apresentado por JK, emergiu como uma resposta estruturada às necessidades de modernização do Brasil entre 1956 e 1961. Com o objetivo de transformar o país em um curto espaço de tempo, o plano foi organizado em torno de 31 metas distribuídas em cinco grandes áreas: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Cada setor foi escolhido de acordo com um diagnóstico das principais carências e potencialidades do Brasil, visando construir uma economia integrada e sustentável.

O maior símbolo do Plano de Metas foi a construção de Brasília. Além de representar o Brasil moderno que JK idealizava, a nova capital federal foi uma iniciativa para promover o desenvolvimento das regiões interiores do país e descentralizar o poder, que historicamente se concentrava no litoral. Esse movimento também foi uma estratégia de integração nacional, pois incentivou a ocupação e o desenvolvimento de áreas pouco exploradas.

No setor de energia, o Plano de Metas tinha como objetivo ampliar a capacidade de geração e distribuição de eletricidade. Grandes projetos hidrelétricos, como as usinas de Furnas e Três Marias, foram iniciados durante o governo JK,

expandindo a infraestrutura energética necessária para sustentar o crescimento industrial e atender à crescente demanda urbana. No setor de transportes, o plano visava modernizar a infraestrutura existente e integrar o país por meio de rodovias, ferrovias e portos. Um exemplo emblemático foi a construção da Rodovia Belém-Brasília, que conectou o Norte ao resto do país e promoveu o desenvolvimento regional.

A indústria de base foi um dos principais focos do plano, com investimentos em setores como siderurgia, petroquímica e mineração. O fortalecimento dessas áreas foi essencial para aumentar a autossuficiência do Brasil e reduzir a dependência de importações. A indústria automobilística, por exemplo, recebeu um grande impulso com a instalação de montadoras multinacionais, incentivadas por políticas que facilitavam sua entrada no país. No setor de alimentação, o plano buscou garantir a segurança alimentar, aumentando a produção agrícola e investindo em infraestrutura de armazenamento e distribuição, o que foi crucial para sustentar o crescimento demográfico nas cidades.

Embora a educação não fosse a prioridade absoluta do Plano de Metas, o governo JK também fez esforços significativos para expandir o ensino técnico e superior. A criação de universidades, como a Universidade de Brasília (UnB), e a ampliação do ensino técnico demonstraram o compromisso de JK em formar uma nova geração de trabalhadores qualificados para atender às demandas da economia em modernização. Esses esforços na educação foram fundamentais para garantir a sustentação do processo de industrialização no longo prazo.

O financiamento do Plano de Metas foi viabilizado por uma combinação de recursos públicos e privados, com o Estado desempenhando um papel ativo na coordenação e no incentivo aos investimentos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi crucial para a estruturação financeira dos projetos de infraestrutura e industrialização. Essa articulação entre o setor público e privado permitiu a execução de um dos mais ambiciosos projetos de desenvolvimento da história brasileira.

O Plano de Metas não apenas buscou transformar materialmente o Brasil, mas também fomentou um espírito de otimismo e progresso entre a população. O envolvimento de amplos setores da sociedade brasileira no projeto foi um dos grandes trunfos de JK, que conseguiu mobilizar tanto a elite quanto os trabalhadores em torno de uma visão compartilhada de futuro. Dessa forma, os efeitos das políticas do Plano de Metas ultrapassaram o campo econômico, impactando diretamente a estrutura social do país.

### **1.3 Efeitos das políticas de JK na economia brasileira**

A implementação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek resultou em um período de crescimento acelerado e mudanças estruturais profundas na

economia brasileira. As políticas desenvolvimentistas de JK impulsionaram a expansão industrial e a modernização de diversos setores produtivos, promovendo a diversificação da economia e reduzindo a dependência de produtos primários. O aumento da capacidade energética e a melhoria da infraestrutura de transportes foram determinantes para facilitar o escoamento de produtos e integrar as regiões do país, fomentando o desenvolvimento regional e fortalecendo a competitividade do Brasil no cenário internacional.

A construção de Brasília foi uma das iniciativas que simbolizaram esse novo impulso econômico. Além de criar empregos em larga escala, a nova capital representou um esforço monumental de integração territorial, conectando regiões antes isoladas e estimulando o crescimento de áreas anteriormente subdesenvolvidas. Além disso, setores estratégicos como a siderurgia e a petroquímica receberam importantes investimentos, atraindo empresas multinacionais e consolidando a base industrial do Brasil. A indústria automobilística, em particular, floresceu com a chegada de montadoras estrangeiras, gerando uma cadeia produtiva diversificada e contribuindo para a formação de um parque industrial robusto.

No setor agrícola, houve uma modernização expressiva. A produção e distribuição de alimentos foram melhoradas, garantindo o abastecimento das áreas urbanas em crescimento e contribuindo para a estabilização dos preços. A ampliação da oferta de alimentos, resultado de investimentos em infraestrutura e inovação no campo, foi essencial para atender à demanda crescente das cidades, cuja população aumentava rapidamente.

No entanto, o crescimento econômico trouxe desafios. A expansão acelerada resultou em pressões inflacionárias, especialmente devido ao aquecimento da economia e ao aumento dos gastos públicos. Além disso, o endividamento externo tornou-se uma preocupação crescente, uma vez que muitos projetos do Plano de Metas dependiam de financiamentos internacionais. A urbanização acelerada, por sua vez, gerou um êxodo rural maciço, com milhões de brasileiros migrando para as cidades em busca de oportunidades. Esse movimento exacerbou problemas urbanos como o crescimento desordenado, a favelização e o déficit habitacional, criando desafios para a infraestrutura e os serviços públicos urbanos.

As relações de trabalho também foram profundamente afetadas. Com o crescimento do emprego industrial, os sindicatos se fortaleceram e passaram a ter um papel mais ativo nas negociações salariais e nas demandas por melhores condições de trabalho. As greves tornaram-se mais frequentes, e a pauta trabalhista começou a incorporar demandas por direitos sociais mais amplos, refletindo a nova configuração econômica e social do país.

Portanto, as políticas de JK não só estimularam o crescimento econômico, mas também geraram uma série de desafios que moldariam o desenvolvimento do Brasil nas décadas subsequentes. Essas transformações teriam impactos duradouros nas relações de trabalho, na urbanização e na estrutura produtiva do país.

## **1.4 Mudanças nas relações de trabalho, urbanização e industrialização**

As políticas de JK desencadearam mudanças profundas nas relações de trabalho, na urbanização e na industrialização do Brasil. O crescimento industrial trouxe consigo uma demanda crescente por mão de obra qualificada e especializada, o que contribuiu para o fortalecimento dos sindicatos e para o aumento das greves e das reivindicações trabalhistas. Durante esse período, houve uma evolução na legislação trabalhista, que buscou acompanhar as novas dinâmicas do mercado de trabalho, regulamentando jornadas e garantindo direitos aos trabalhadores urbanos.

A urbanização acelerada, impulsionada pela industrialização e pelos grandes projetos de infraestrutura, gerou um fluxo migratório massivo do campo para as cidades. Milhões de brasileiros deixaram as áreas rurais em busca de melhores oportunidades de emprego nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se tornaram centros industriais dinâmicos. No entanto, essa rápida urbanização trouxe desafios significativos, como o aumento das favelas e o déficit habitacional, já que as cidades não estavam preparadas para absorver o grande número de migrantes. O crescimento desordenado das áreas urbanas resultou em uma série de problemas sociais, que precisaram ser enfrentados por políticas urbanas emergenciais e de longo prazo.

A industrialização, por sua vez, foi marcada pela diversificação da produção e pela modernização dos processos produtivos. A entrada de multinacionais e o desenvolvimento de indústrias de base, como a siderurgia e a petroquímica, transformaram a economia brasileira, consolidando o país como uma potência industrial emergente. O crescimento do setor automobilístico, em especial, gerou uma cadeia produtiva complexa, criando empregos e impulsionando a formação de um mercado interno robusto. A necessidade de uma força de trabalho mais qualificada levou à expansão do ensino técnico e à criação de instituições voltadas para a formação profissional, respondendo às novas demandas do mercado.

Essas transformações interligadas moldaram o Brasil em um país mais urbanizado, industrializado e com uma economia em expansão. Contudo, elas também expuseram fragilidades estruturais que precisariam ser enfrentadas nas décadas seguintes. A análise dessas mudanças mostra como as políticas de JK impactaram tanto a economia quanto a sociedade brasileira, redefinindo padrões de vida e práticas de trabalho, ao mesmo tempo em que criaram desafios para o futuro.

## **CAPÍTULO 2: PRIMEIRAS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE TRABALHO (1956 – 1961)**

### **2.1 Industrialização e urbanização: Expansão das indústrias e suas necessidades de mão de obra**

O processo de industrialização no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek foi um dos principais motores de transformação das práticas de trabalho. Sob o Plano de Metas, o país passou por uma modernização profunda, com o crescimento acelerado de setores estratégicos como siderurgia, petroquímica, automobilística e energia. Essas mudanças não apenas modificaram a estrutura econômica do Brasil, mas também tiveram um impacto direto no mercado de trabalho, gerando uma demanda crescente por mão de obra, tanto qualificada quanto não qualificada.

A estratégia de JK para atrair capital estrangeiro foi crucial para o desenvolvimento da indústria nacional. Empresas multinacionais, especialmente no setor automobilístico, como Volkswagen, Ford e General Motors, instalaram fábricas no Brasil, criando milhares de empregos diretos e indiretos. Além disso, a siderurgia, com grandes investimentos em empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), experimentou um crescimento sem precedentes, consolidando-se como um dos pilares da economia industrial brasileira.

À medida que essas indústrias cresciam, as áreas urbanas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se os principais polos de atração de trabalhadores vindos de diferentes regiões do país. O crescimento dessas cidades foi impulsionado pela chegada de novas fábricas, que concentraram atividades econômicas e reorganizaram o espaço urbano. O processo de urbanização intensificou-se rapidamente, à medida que as indústrias exigiam uma maior quantidade de trabalhadores.

Esse cenário trouxe consigo desafios relacionados às práticas de trabalho. Enquanto o trabalho rural, predominante até então, permitia uma maior flexibilidade, o trabalho industrial era marcado por horários fixos, divisão de tarefas e uma disciplina fabril rigorosa. O modelo fordista de produção, amplamente adotado pelas indústrias, exigia uma adaptação dos trabalhadores à nova realidade. Isso gerou mudanças nas relações de trabalho, com a introdução de contratos mais rígidos e a regulamentação de jornadas.

Além disso, o crescimento das indústrias urbanas aumentou a demanda por qualificação profissional. Os setores de tecnologia e gestão industrial exigiam trabalhadores com habilidades específicas, o que impulsionou o crescimento do ensino técnico e profissionalizante no Brasil. Contudo, grande parte dos migrantes que chegavam às cidades não possuía a formação necessária para atender às exigências das novas indústrias, levando ao surgimento de uma

classe operária urbana muitas vezes precarizada e sujeita a condições de trabalho adversas.

Com o crescimento acelerado das cidades, surgiram também desafios para a infraestrutura urbana. A urbanização descontrolada nas grandes metrópoles gerou problemas sociais, como a falta de moradia adequada, a proliferação de favelas e a sobrecarga nos serviços públicos. São Paulo, em particular, experimentou uma explosão demográfica que demandava uma infraestrutura urbana muito além do que estava disponível na época, refletindo uma urbanização marcada pela desigualdade e pela falta de planejamento adequado.

O processo de industrialização e urbanização teve também um impacto profundo nas relações de trabalho e no sindicalismo brasileiro. À medida que mais trabalhadores se concentravam nas fábricas e indústrias urbanas, os sindicatos passaram a desempenhar um papel central na organização e defesa dos direitos dos trabalhadores. O movimento sindical se fortaleceu, e as greves se tornaram mais comuns, à medida que os trabalhadores buscavam melhores salários e condições de trabalho. A legislação trabalhista, herdada da era Vargas, foi adaptada para acomodar essas novas demandas, com destaque para a regulamentação da jornada de trabalho e a criação de mecanismos de proteção ao trabalhador industrial.

Entretanto, o rápido crescimento industrial e urbano também agravou as disparidades regionais no Brasil. As regiões Sudeste e Sul, que concentravam a maior parte da atividade industrial, atraíram a maioria dos investimentos e empregos, enquanto o Norte e o Nordeste, ainda majoritariamente agrários, permaneceram marginalizados no processo de modernização econômica. Essa desigualdade regional alimentou movimentos migratórios internos, com grandes contingentes de trabalhadores deixando suas regiões de origem em busca de melhores oportunidades nas áreas urbanas e industriais do Sudeste, tema que será abordado no próximo tópico.

## **2.2 Migração Rural-Urbana: Mudanças demográficas e sua influência no mercado de trabalho**

O processo de industrialização e urbanização promovido durante o governo de Juscelino Kubitschek teve como uma de suas principais consequências o aumento significativo da migração interna, sobretudo do meio rural para os grandes centros urbanos. A migração rural-urbana no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 não foi um fenômeno isolado, mas parte de um movimento global, característico das economias que passam por processos acelerados de industrialização. No caso brasileiro, esse êxodo rural foi intensificado pelas transformações estruturais provocadas pelo Plano de Metas, que, ao impulsionar a industrialização, criou uma demanda crescente por trabalhadores nas cidades.

A transição de uma economia majoritariamente agrária para uma economia industrializada gerou uma mudança profunda na configuração demográfica do Brasil. As regiões rurais, até então dominantes em termos populacionais, começaram a perder habitantes em ritmo acelerado, enquanto as áreas urbanas, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, experimentaram um crescimento explosivo. A falta de oportunidades no campo, agravada pela mecanização agrícola e pela concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários, empurrou milhões de brasileiros para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida. Este movimento migratório alterou drasticamente a configuração demográfica e econômica do país.

As cidades, por sua vez, não estavam preparadas para absorver de maneira adequada o grande contingente de migrantes que chegava diariamente. A falta de infraestrutura urbana adequada resultou em problemas crônicos de habitação, transporte e saneamento básico. A formação de favelas e a proliferação de áreas periféricas desordenadas tornaram-se uma característica marcante das grandes metrópoles brasileiras, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além disso, a chegada maciça de trabalhadores não qualificados à procura de emprego resultou em uma sobrecarga no mercado de trabalho urbano, contribuindo para o aumento da informalidade e da precarização das condições de trabalho.

Esse processo de migração rural-urbana não apenas modificou a paisagem urbana, mas também teve impactos profundos no mercado de trabalho. A integração de milhões de trabalhadores sem qualificação formal em um ambiente industrial urbano gerou um novo tipo de força de trabalho. Enquanto as indústrias demandavam trabalhadores com habilidades específicas e experiência técnica, muitos dos migrantes eram oriundos de um contexto rural, onde as exigências de qualificação profissional eram muito diferentes. A discrepância entre as qualificações da força de trabalho e as necessidades da indústria urbana gerou uma tensão no mercado de trabalho, exacerbando a competição por empregos e aumentando o desemprego e a subutilização da força de trabalho.

Além disso, a migração alterou a composição social das cidades. O crescimento das áreas urbanas foi acompanhado pela emergência de uma nova classe trabalhadora composta por operários de fábricas, trabalhadores de serviços e informais. Muitos desses trabalhadores migrantes não encontravam posições formais no mercado de trabalho industrial e acabavam sendo absorvidos pelo setor informal da economia, realizando atividades sem proteção social, estabilidade ou segurança no emprego. Isso contribuiu para a manutenção de uma desigualdade social significativa, mesmo em um contexto de expansão industrial.

É importante destacar que o êxodo rural também teve impactos significativos nas regiões que ficaram para trás. Com a migração em massa, o campo brasileiro enfrentou uma crise de mão de obra, o que forçou uma reestruturação das práticas agrícolas. A modernização da agricultura e a mecanização tornaram-se essenciais para compensar a falta de trabalhadores, o que, paradoxalmente,

acelerou ainda mais o processo de migração, uma vez que os pequenos produtores não conseguiam competir com a agricultura mecanizada. Essa dinâmica alimentou um ciclo em que as regiões rurais continuavam a perder trabalhadores para as cidades, reforçando a centralidade das áreas urbanas como motores da economia brasileira.

A migração rural-urbana também evidenciou a necessidade de adaptação do mercado de trabalho às novas realidades. A urbanização acelerada e a criação de novas indústrias nas cidades exigiam trabalhadores com habilidades e conhecimentos específicos que a maioria dos migrantes não possuía. Esse descompasso entre a oferta de trabalho e as demandas da economia industrial levou ao reconhecimento da necessidade urgente de um sistema de formação e qualificação da mão de obra. A crescente urbanização, portanto, expôs a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação e qualificação dos trabalhadores, de modo a integrá-los de maneira mais eficiente no mercado de trabalho urbano.

Esse cenário nos leva ao próximo ponto central deste capítulo, que trata da forma que se deu a formação e a qualificação dessa mão de obra, onde será explorado como o Brasil começou a enfrentar essa lacuna de qualificação profissional, desenvolvendo iniciativas educacionais e técnicas para preparar sua força de trabalho para as novas demandas do mercado industrial e urbano, buscando, assim, sustentar o crescimento econômico e social do país no longo prazo.

### **2.3 Formação e qualificação da mão de obra: Novas demandas por qualificação profissional**

O rápido processo de industrialização e urbanização no Brasil, impulsionado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, gerou uma mudança profunda nas exigências do mercado de trabalho. Como mencionado anteriormente, a expansão das indústrias e o êxodo rural-urbano resultaram em um afluxo maciço de trabalhadores para os centros urbanos, muitos dos quais careciam das qualificações necessárias para os postos disponíveis nas novas fábricas e setores industriais em crescimento. Essa realidade revelou uma lacuna considerável entre a mão de obra disponível e as demandas impostas pela economia industrial, o que evidenciou a necessidade urgente de políticas e iniciativas focadas na formação e qualificação dos trabalhadores.

Durante o período, as indústrias automobilística, siderúrgica, petroquímica e de construção civil, que passaram a dominar a economia brasileira, requeriam habilidades específicas, desde o manuseio de maquinário avançado até a gestão de processos produtivos em larga escala. Muitos migrantes vindos do campo tinham pouca ou nenhuma experiência com o trabalho fabril, o que criava um descompasso no mercado de trabalho. As indústrias, por sua vez, precisavam

de uma força de trabalho qualificada para sustentar a produção em ritmo acelerado, característica do modelo de crescimento adotado pelo governo JK. Esse cenário gerou uma pressão por soluções que pudessem preparar a mão de obra para atender às novas demandas do setor produtivo.

Diante dessa necessidade, o Brasil começou a investir mais intensamente na criação de um sistema de educação técnica e profissionalizante, voltado especificamente para capacitar os trabalhadores que ingressavam nas fábricas e setores industriais. Instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942, ganharam destaque ao oferecer cursos de formação técnica em áreas como metalurgia, mecânica, eletricidade e construção civil. Essas áreas eram estratégicas para o desenvolvimento das indústrias de base que JK tanto priorizava em seu projeto de modernização. A atuação do SENAI foi essencial para suprir parte da demanda por trabalhadores qualificados, oferecendo formação prática e rápida, diretamente ligada às necessidades do mercado de trabalho.

Além do SENAI, outras iniciativas surgiram para complementar esse esforço. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), focado na capacitação para o setor de serviços, foi outro exemplo de instituição que ajudou a formar trabalhadores para a crescente urbanização e expansão das atividades comerciais. O ensino técnico, portanto, tornou-se uma peça chave para a modernização econômica, fornecendo à nova classe trabalhadora as habilidades que lhes permitiam não só obter emprego nas indústrias, mas também ascender socialmente. A demanda por trabalhadores qualificados criou novas oportunidades de mobilidade social, especialmente para aqueles que conseguiam se destacar em funções mais técnicas e especializadas.

Além da educação técnica, o governo federal começou a investir na ampliação do ensino superior voltado para a formação de engenheiros, economistas e administradores, essenciais para gerenciar o crescimento das empresas industriais e acompanhar o desenvolvimento econômico do país. Universidades como a Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1962, foram criadas para preparar uma geração de profissionais capacitados para enfrentar os desafios de uma economia que se modernizava rapidamente. A formação de engenheiros, em particular, foi priorizada para atender às demandas dos setores de construção civil e infraestrutura, que cresceram vertiginosamente durante o governo de JK, especialmente com a construção de Brasília e outras grandes obras.

No entanto, é importante destacar que, embora esses esforços tenham contribuído para aumentar a qualificação da mão de obra, eles não foram suficientes para eliminar completamente o descompasso entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho. A migração em massa para as cidades continuava a pressionar o sistema de qualificação, e muitos migrantes acabavam sendo absorvidos pelo setor informal da economia, onde a falta de regulamentação e de benefícios trabalhistas prevalecia. Além disso, a própria velocidade do crescimento industrial exigia uma adaptação contínua das

políticas de formação, algo que só se consolidaria de maneira mais eficaz nas décadas seguintes.

Essa combinação de educação técnica e expansão do ensino superior desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil durante esse período. A qualificação da mão de obra se tornou um pilar essencial para sustentar o crescimento das indústrias e promover a modernização do país, permitindo ao Brasil ingressar em uma nova fase de sua história econômica. O fortalecimento da educação técnica, portanto, foi uma resposta direta às novas exigências do mercado de trabalho, geradas pela urbanização e industrialização.

Assim, à medida que o Brasil avançava no seu processo de modernização, a qualificação profissional tornou-se um fator decisivo para garantir que a força de trabalho estivesse preparada para os desafios da economia industrial. A formação de capital humano, tanto em níveis técnicos quanto superiores, foi um elemento chave para sustentar as transformações que o país experimentava durante a era JK, lançando as bases para as práticas de trabalho e organização produtiva que caracterizariam as décadas subsequentes.

## **CAPÍTULO 3: MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE TRABALHO DURANTE OS GOVERNOS GOULART E DITADURA MILITAR (1961 – 1973)**

### **3.1 Contexto político e econômico: Introdução ao governo Goulart e a transição ao regime militar**

O governo de João Goulart (1961-1964) e a subsequente transição para o regime militar em 1964 ocorreram em um dos momentos mais conturbados da história política e econômica brasileira. O início da década de 1960 foi marcado por acirradas divisões ideológicas, uma economia enfraquecida e uma crescente tensão social. Esses fatores criaram um ambiente de instabilidade que culminou na derrubada de Goulart, eleito democraticamente, e na instauração de uma ditadura militar que governaria o país pelos próximos 21 anos.

Goulart assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, herdando um país em crise institucional. Ele enfrentava forte oposição de setores conservadores, das Forças Armadas e de parte da classe média, que o consideravam uma ameaça devido à sua ligação com movimentos trabalhistas e sua política de nacionalização de setores estratégicos. A oposição era tão intensa que, ao tomar posse, o Congresso Nacional instaurou um sistema parlamentarista, limitando significativamente seus poderes presidenciais. Esse arranjo durou até 1963, quando o regime presidencialista foi restaurado por meio de um plebiscito.

O governo de Goulart foi profundamente impactado pelo cenário da Guerra Fria, onde o Brasil era visto como um campo de disputa entre as potências capitalistas, lideradas pelos Estados Unidos, e os movimentos comunistas, apoiados pela União Soviética. As "Reformas de Base" propostas por Goulart, que incluíam a reforma agrária, tributária e educacional, bem como o controle estatal de setores estratégicos, foram vistas por muitos conservadores como um avanço do socialismo no país.

A economia brasileira, já fragilizada, enfrentava desafios estruturais significativos. A inflação estava em alta, o déficit público crescia e o Brasil dependia fortemente de capital estrangeiro para financiar seu desenvolvimento. As políticas de controle de preços e salários tentadas por Goulart para combater a inflação geraram ainda mais tensão com o empresariado e outros setores conservadores, que se opunham à intervenção estatal na economia.

A instabilidade política foi agravada pelo crescente descontentamento social. Goulart tentou angariar apoio popular se aproximando de movimentos sindicais, defendendo a ampliação dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Sua agenda incluía aumento de salários e regulamentação de direitos trabalhistas,

medidas que foram bem recebidas pelos trabalhadores, mas alarmaram as elites econômicas e militares.

O temor de uma guinada socialista, alimentado pela crescente polarização política e por discursos anticomunistas, criou o ambiente ideal para um golpe militar. O governo de Goulart enfrentava sucessivas crises políticas, greves e manifestações populares. Sua tentativa de mobilizar a classe trabalhadora em defesa de suas reformas, no entanto, mostrou-se insuficiente para combater a insatisfação das elites e do Congresso.

Em março de 1964, Goulart anunciou um plano de reforma agrária que incluía a desapropriação de terras ao longo de rodovias federais, sem indenização aos proprietários, o que gerou forte reação do setor ruralista. Em 31 de março de 1964, setores das Forças Armadas, apoiados por empresários, políticos conservadores e com suporte dos Estados Unidos, executaram o golpe que derrubou João Goulart e instaurou o regime militar.

Com o início da ditadura militar, o Brasil entrou em uma nova fase política e econômica. O governo militar adotou medidas de controle sobre diversos aspectos da vida econômica e social, visando estabilizar a economia, combater a inflação e restaurar a ordem. O golpe foi justificado pela necessidade de "salvar o país" de uma suposta ameaça comunista, mas resultou em repressão de movimentos populares, cassação de direitos políticos e a criação de um Estado autoritário.

A transição para o regime militar transformou o cenário político. O Congresso foi fechado, a imprensa censurada e os sindicatos e partidos de esquerda foram duramente reprimidos. O empresariado, que apoiou o golpe, foi recompensado com um ambiente econômico mais previsível e favorável ao crescimento, mas com menos garantias para os trabalhadores.

Durante esse período, o Estado impôs um rígido controle salarial e repressão sindical, enfraquecendo o poder de organização dos trabalhadores e centralizando as atividades sindicais sob vigilância estatal. Ao mesmo tempo, o regime militar deu início ao que seria conhecido como "milagre econômico", um período de crescimento econômico rápido, mas que também trouxe desigualdades e maior precarização do trabalho, temas a serem explorados a seguir.

### **3.2 Reformas trabalhistas e sindicais no governo Goulart: Principais tentativas de reforma e seu impacto**

As reformas trabalhistas e sindicais ocuparam lugar central na agenda do governo de João Goulart, que buscava reduzir as profundas desigualdades

sociais e econômicas do Brasil. Influenciado por sua experiência no Ministério do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas, Goulart defendia reformas que pudessem modernizar o país e promover justiça social. As propostas incluíam iniciativas para proteger os trabalhadores rurais e urbanos, mas enfrentaram dura oposição de elites agrárias e industriais, que temiam perder o controle econômico.

Uma das principais preocupações de Goulart era garantir melhores condições para os trabalhadores. Em um cenário de alta inflação e desigualdade de renda, ele defendeu aumentos salariais que restaurassem o poder de compra da classe trabalhadora. No entanto, essa política encontrou resistência de setores empresariais, que argumentavam que os custos trabalhistas elevados poderiam comprometer a competitividade das empresas e causar inflação ainda maior.

O Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, foi uma das conquistas mais importantes do governo. Pela primeira vez, trabalhadores rurais tiveram direitos assegurados, como férias remuneradas e regulamentação da jornada de trabalho. Isso representou um avanço significativo em termos de inclusão social, especialmente em áreas tradicionalmente negligenciadas pelas políticas públicas. No entanto, a reforma agrária proposta, que previa a desapropriação de terras improdutivas, enfrentou feroz oposição dos grandes latifundiários e se tornou um dos principais pontos de discórdia.

Goulart também buscou dar mais autonomia aos sindicatos. Ele defendeu que essas organizações tivessem mais liberdade para negociar e representar seus membros, especialmente nas negociações coletivas. Essa política foi uma continuidade do legado varguista, mas com a proposta de uma atuação sindical mais livre do controle estatal. Entretanto, esse movimento causou alarme entre setores conservadores, que viam nos sindicatos uma possível ameaça à ordem estabelecida.

A polarização política aumentou à medida que Goulart se aproximava de movimentos populares e sindicatos, o que gerou receio entre a elite econômica e os militares. A Guerra Fria também teve impacto nessa tensão, com os Estados Unidos e seus aliados temendo a expansão do comunismo na América Latina e interpretando as reformas de Goulart como uma inclinação perigosa para o socialismo.

O impacto das reformas trabalhistas foi duplo. Por um lado, representaram um marco nas conquistas dos trabalhadores, especialmente no campo, que passou a ter mais direitos assegurados. No entanto, a resistência de setores conservadores acabou sendo decisiva para desestabilizar o governo e facilitar o golpe militar de 1964. Após a queda de Goulart, muitas dessas reformas foram revertidas, e os sindicatos passaram a ser severamente controlados pelo novo regime, marcando o fim de um período de ampliação de direitos trabalhistas.

### **3.3 Ditadura Militar e controle sobre os trabalhadores: repressão sindical, controle salarial e mudanças nas práticas de trabalho**

Com a consolidação do regime militar em 1964, o controle sobre os trabalhadores e suas organizações se intensificou. O novo governo via os sindicatos como focos de oposição política e, conseqüentemente, tratou de impor rígido controle sobre suas atividades. A liberdade sindical foi severamente restringida, e o direito de greve, apesar de permanecer na legislação, foi praticamente abolido na prática. Qualquer tentativa de paralisação era fortemente reprimida, e líderes sindicais críticos ao regime eram presos, exilados ou silenciados.

O Estado interveio diretamente nas atividades sindicais, nomeando interventores em sindicatos considerados "problemáticos". Esses interventores atuavam para desmobilizar qualquer tipo de organização autônoma, garantindo que as atividades sindicais permanecessem alinhadas aos interesses do governo. Com os sindicatos enfraquecidos, as negociações trabalhistas tornaram-se cada vez mais desfavoráveis aos trabalhadores.

Outro pilar da política trabalhista do regime militar foi o controle salarial. Sob a justificativa de conter a inflação, o governo limitou os reajustes salariais, centralizando as decisões sobre aumentos e dificultando qualquer tentativa de negociação coletiva. Essa política, que favorecia os empresários ao reduzir os custos de produção, penalizava os trabalhadores, que viam seu poder de compra diminuindo em um cenário de alta inflação.

Além do controle salarial, o governo promoveu mudanças nas práticas de trabalho que favoreceram a flexibilização do emprego. Trabalhadores temporários e informais passaram a ser mais comuns, com menos garantias legais e uma maior vulnerabilidade em relação às condições de trabalho. O discurso de modernização e eficiência econômica justificava a redução de proteções trabalhistas, resultando em maior precarização.

Dentro das fábricas, a repressão era intensa. O regime adotou práticas de vigilância rigorosa, suprimindo qualquer tentativa de protesto ou organização por parte dos trabalhadores. O medo de retaliação impedia que os trabalhadores reivindicassem seus direitos, aceitando passivamente as condições impostas.

Esse período foi caracterizado por uma repressão severa aos direitos trabalhistas e pela implementação de políticas que favoreciam o crescimento econômico às custas do bem-estar dos trabalhadores. Com a voz dos sindicatos e dos trabalhadores praticamente silenciada, o regime concentrou seus esforços em estabilizar a economia e acelerar o crescimento industrial, o que gerou um boom econômico que ficou conhecido como "Milagre Econômico".

### **3.4 “Milagre Econômico” e mercado de trabalho: Impacto do crescimento acelerado nas oportunidades de emprego e na qualificação**

O período conhecido como "Milagre Econômico" (1968-1973) foi marcado por um crescimento econômico expressivo, com o PIB brasileiro registrando taxas anuais superiores a 10%. Esse crescimento foi impulsionado por políticas expansionistas adotadas pelo regime militar, que investiu em grandes obras de infraestrutura e promoveu a industrialização em larga escala.

O "Milagre Econômico" criou novas oportunidades de emprego, especialmente nos setores de construção civil e indústrias de base. Grandes projetos, como a construção de rodovias e hidrelétricas, impulsionaram a demanda por mão de obra, concentrando-se principalmente nas regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste. No entanto, essa expansão trouxe consigo um agravamento das desigualdades regionais, com o Nordeste permanecendo economicamente estagnado, o que incentivou a migração para os grandes centros urbanos.

Um dos principais desafios do período foi a falta de qualificação da força de trabalho. A industrialização rápida e o avanço tecnológico aumentaram a demanda por trabalhadores qualificados, mas o sistema educacional brasileiro não foi capaz de acompanhar essa demanda. Instituições como o SENAI e o SENAC desempenharam um papel importante na formação técnica, mas ainda assim a maioria dos trabalhadores ocupava funções de baixa qualificação, o que intensificou a precarização das condições de trabalho.

Mesmo com a criação de novos empregos, o regime manteve uma política de controle salarial rígido. Os reajustes salariais eram limitados, o que, combinado com uma inflação persistente, resultava em perda de poder de compra para os trabalhadores. O controle salarial beneficiava o setor empresarial ao manter os custos baixos, mas os trabalhadores eram forçados a suportar uma crescente erosão de suas condições financeiras.

O crescimento desigual entre as regiões do Brasil e as diferentes classes sociais também gerou uma maior concentração de riqueza nas mãos das elites. O mercado de trabalho continuava a ser marcado por profundas disparidades, com a maioria dos trabalhadores não conseguindo se beneficiar diretamente do "Milagre Econômico". A falta de políticas eficazes de redistribuição dos ganhos econômicos e a precarização do trabalho agravaram essas desigualdades.

O "Milagre Econômico", embora tenha gerado crescimento, deixou uma classe trabalhadora cada vez mais frustrada com as promessas de prosperidade. As tensões sociais que surgiram nos anos seguintes foram, em parte, resultado do acúmulo dessas frustrações durante um período de expansão acelerada, que favoreceu mais as elites econômicas do que a maioria dos trabalhadores.

## **CAPÍTULO 4: A CRISE DO MILAGRE ECONÔMICO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO (1974 – 1979)**

### **4.1 Choques econômicos internos e externos: Crise do petróleo e endividamento externo**

À medida que o Brasil emergia do Milagre Econômico dos anos 1960 e início dos 70, o país encontrava-se vulnerável a uma conjuntura econômica global adversa, marcada por choques econômicos externos significativos. Um dos primeiros e mais impactantes desses choques foi a crise do petróleo de 1973. Esta crise, originada pela decisão dos países membros da OPEP de reduzir a produção e aumentar os preços, somada ao embargo ao petróleo, teve um forte impacto na economia global, afetando drasticamente nações dependentes de energia importada, como o Brasil. O impacto foi uma inflação desenfreada e o aumento dos custos de produção, desestabilizando a economia interna que estava acostumada com insumos energéticos a preços baixos para sustentar seu crescimento industrial.

Em paralelo, o Brasil enfrentava desafios crescentes relacionados ao seu elevado endividamento externo. O modelo de desenvolvimento adotado, altamente dependente de empréstimos internacionais para financiar a expansão industrial e projetos de infraestrutura, tornou-se insustentável à medida que as condições globais de crédito se apertavam. A situação se agravou com o segundo choque do petróleo em 1979, que impulsionou uma nova onda de elevação nos preços do petróleo, exacerbando ainda mais os problemas econômicos do Brasil.

Estes choques revelaram a vulnerabilidade do plano de desenvolvimento brasileiro à volatilidade econômica global e às mudanças abruptas nas políticas econômicas internacionais, especialmente nas políticas monetárias dos Estados Unidos, que no final da década de 1970, sob a nova administração de Paul Volcker, optou por taxas de juros extremamente altas para combater a inflação interna. Essa decisão resultou em um aumento significativo no custo do serviço da dívida externa brasileira, pressionando as finanças nacionais e limitando fortemente a capacidade do governo de continuar com seus ambiciosos programas de desenvolvimento.

Confrontado com essa conjuntura, o Brasil foi pressionado a adotar medidas de ajuste econômico que visavam estabilizar a economia. Essas medidas, embora necessárias, tiveram consequências diretas e profundas no mercado de trabalho. As políticas adotadas refletiram uma nova realidade econômica onde o governo buscava equilibrar crescimento, controle inflacionário e responsabilidade fiscal, preparando o terreno para uma fase de transformações no ambiente de trabalho que se traduziriam em uma crescente precarização das condições laborais.

## **4.2 Medidas de Ajuste Econômico: Políticas adotadas e seus reflexos no mercado de trabalho**

Em resposta aos desafios impostos pelos choques econômicos externos e pelo crescente endividamento, o governo brasileiro iniciou a implementação de medidas de ajuste econômico na segunda metade da década de 1970. Essas políticas buscavam restaurar a estabilidade econômica e reduzir a vulnerabilidade às flutuações internacionais, porém, suas repercussões no mercado de trabalho foram profundas e, em muitos aspectos, problemáticas.

As medidas de ajuste incluíam a contenção do gasto público, a restrição ao crédito e uma política monetária mais restritiva, visando controlar a inflação que atingia níveis alarmantes. Além disso, foram adotadas reformas voltadas para a liberalização do mercado e a promoção de exportações, numa tentativa de equilibrar a balança comercial e gerar divisas para o serviço da dívida externa. No entanto, essas políticas também levaram a uma redução do investimento público em setores chave como infraestrutura e serviços sociais, o que teve um impacto direto sobre a geração de emprego.

O setor industrial, que antes se expandia com o apoio de políticas governamentais e financiamento externo generoso, enfrentou uma nova realidade de crédito restrito e demanda interna enfraquecida. A consequente desaceleração econômica levou a demissões em massa, enquanto as tentativas de modernização industrial através da automação aumentavam ainda mais a dispensa de trabalhadores. As políticas de ajuste, ao enfatizar a estabilidade macroeconômica, falharam em abordar as necessidades imediatas dos trabalhadores, que enfrentavam um mercado de trabalho cada vez mais incerto e competitivo.

A combinação de desemprego crescente e enfraquecimento das redes de proteção social gerou um cenário onde a informalidade começou a se espalhar como uma alternativa à falta de oportunidades formais. Esta situação não só afetou as dinâmicas urbanas, mas também intensificou a migração do campo para a cidade, à medida que os trabalhadores buscavam novas oportunidades nas áreas urbanas, mesmo que precárias. Portanto, as medidas de ajuste econômico, apesar de necessárias para a estabilidade macroeconômica, culminaram em um aumento da precarização do trabalho, estabelecendo um terreno fértil para os desafios sociais e laborais.

## **4.3 Precarização do Trabalho: Aumento do desemprego, crescimento da informalidade e migração do campo para a cidade**

No final dos anos 70, o Brasil enfrentou um período de severa precarização do mercado de trabalho, decorrente das medidas de ajuste econômico que

buscavam conter a inflação e estabilizar a economia. Estas medidas, embora necessárias sob a ótica macroeconômica, tiveram consequências diretas e profundas no tecido social do país, principalmente no que diz respeito ao emprego e à qualidade de vida dos trabalhadores. O desemprego cresceu a níveis alarmantes e o setor informal se expandiu como nunca antes, representando uma opção de subsistência na ausência de oportunidades formais. Muitos brasileiros, desprovidos de alternativas, viram-se obrigados a aceitar trabalhos sem garantias trabalhistas, segurança ou benefícios sociais, configurando um cenário de grande instabilidade e insegurança econômica.

Ao mesmo tempo, a migração do campo para a cidade, um fenômeno já observado nas décadas anteriores, intensificou-se ainda mais durante este período. O êxodo rural, impulsionado pela busca por melhores condições de vida e por empregos que já não existiam no campo, contribuiu para o inchaço das metrópoles brasileiras. Essa urbanização rápida e desordenada levou ao surgimento de extensas áreas periféricas, onde a infraestrutura básica era frequentemente insuficiente ou inexistente. As novas periferias urbanas tornaram-se cenários de extrema pobreza, onde serviços essenciais como saneamento básico, educação e saúde eram escassos, exacerbando as desigualdades sociais e colocando em risco o bem-estar de milhares de famílias.

Esse panorama de deterioração das condições de trabalho e de vida foi acompanhado por uma desvalorização do trabalho formal e uma valorização relativa do trabalho informal e precário, que muitas vezes era a única opção disponível para uma parcela significativa da população. A informalidade, por sua vez, trouxe consigo uma série de desafios adicionais, como a falta de proteção legal e a vulnerabilidade a oscilações econômicas, que afetavam diretamente a estabilidade das famílias.

Este quadro de precarização não era apenas uma realidade imediata, mas estabelecia as bases para crises futuras. As medidas de austeridade, que haviam enfraquecido o emprego formal e fomentado a informalidade, prepararam o terreno para vulnerabilidades que iria persistir nas décadas seguintes. Com a chegada da segunda crise do petróleo no início dos anos 80, a situação do Brasil encontrou novos desafios. A alta nos preços do petróleo e o impacto subsequente sobre a economia mundial e nacional intensificaram as dificuldades econômicas, afetando ainda mais a estrutura do mercado de trabalho e impondo novas dinâmicas e desafios ao país.

## **CAPÍTULO 5: O IMPACTO DA SEGUNDA CRISE DO PETRÓLEO E A CRISE ECONÔMICA DE 1982 (1979 – 1982)**

### **5.1 Segunda crise do petróleo: Contexto global e repercussões no Brasil**

À medida que avançamos na análise da segunda crise do petróleo e suas ramificações no Brasil entre 1979 e 1982, torna-se evidente o impacto devastador que a escalada nos preços do petróleo teve sobre a economia brasileira. Este aumento foi precipitado por tensões geopolíticas no Oriente Médio e por cortes significativos na produção de petróleo pelos países membros da OPEP. A crise veio em um momento particularmente vulnerável para o Brasil, que já lidava com os resquícios de instabilidade econômica deixados pelas políticas de ajuste e pela precarização crescente do mercado de trabalho, como discutido anteriormente. Neste contexto, a nova escalada dos preços do petróleo exacerbou a inflação, deteriorou as contas públicas e ampliou o déficit na balança comercial, pressionando as reservas cambiais do país.

No cenário doméstico, os efeitos da crise foram rápidos e severos. O custo crescente das importações de petróleo pesou sobre os setores industriais e de serviços, que dependiam diretamente de energia acessível para manter suas operações. Isso levou a cortes nos investimentos e a uma redução geral na produção, exacerbando o desemprego e a inflação. A indústria, já enfraquecida pelas políticas econômicas restritivas do período anterior, enfrentou uma das suas maiores crises, com muitas empresas reduzindo drasticamente suas atividades ou encerrando operações, impactando diretamente na oferta de empregos formais.

Além disso, o governo, tentando mitigar os impactos da crise, elevou a dívida externa para financiar a compra de petróleo e tentar sustentar os programas de desenvolvimento econômico. Esta estratégia, no entanto, provou ser insustentável a médio e longo prazo, aumentando a vulnerabilidade do país às flutuações dos mercados financeiros internacionais e impondo restrições ainda maiores à política econômica nacional. As medidas de austeridade, adotadas em resposta à crise, incluíram apertos monetários significativos e cortes nos gastos públicos, buscando controlar a inflação e restabelecer a confiança dos investidores, mas acabaram trazendo consequências severas para a estrutura social do país.

O aumento do desemprego e a diminuição das oportunidades de trabalho, juntamente com uma rede de proteção social insuficiente, levaram a um agravamento das condições de vida da população. A inflação descontrolada reduzia o poder de compra dos salários, enquanto a falta de investimentos públicos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura urbana aprofundava as desigualdades sociais. Esses fatores, combinados, configuraram um cenário de recessão econômica profunda, que será explorado mais detalhadamente no próximo capítulo.

## **5.2 Aprofundamento da Recessão e Políticas de Austeridade: Consequências econômicas e sociais**

Conforme o Brasil adentrava os anos 80, a economia enfrentava um aprofundamento da recessão desencadeada por políticas de austeridade rigorosas, implementadas em resposta à segunda crise do petróleo e às pressões inflacionárias exacerbadas. Essas políticas incluíam cortes drásticos em gastos públicos e aumentos de impostos, destinados a estabilizar a economia. Embora essas medidas fossem essenciais para restaurar a confiança dos mercados financeiros e tentar controlar uma inflação desenfreada, elas tiveram efeitos profundos e duradouros na estrutura social e econômica do Brasil. O ajuste fiscal, ao reduzir drasticamente os investimentos em setores essenciais como saúde, educação e infraestrutura, ampliou as desigualdades sociais e reduziu significativamente a qualidade de vida da população.

A recessão agravou-se com a diminuição da capacidade do governo de fomentar a economia através de políticas expansionistas, resultando em um ciclo vicioso de baixo crescimento e alta inflação. As empresas, enfrentando um ambiente econômico instável e custos de financiamento elevados, reduziram suas operações ou fecharam, exacerbando o desemprego e a instabilidade no mercado de trabalho. A falta de novos investimentos e a incerteza econômica também desencorajaram o setor privado de assumir riscos em novos empreendimentos ou expansões, freando a geração de emprego e a inovação.

Essa deterioração econômica não somente exacerbou a crise social como também transformou profundamente as relações de trabalho no país. A instabilidade se tornou um traço ainda mais marcante no mercado de trabalho, com muitos trabalhadores sendo forçados a aceitar empregos sem qualquer segurança trabalhista ou benefícios, numa luta diária para sustentar suas famílias. As condições de trabalho sofreram uma degradação significativa, à medida que as proteções legais eram frequentemente deixadas para segundo plano, sacrificadas pela necessidade de manter as empresas à tona. Este cenário preparou o terreno para o próximo tópico de discussão, onde será explorado como o aumento do desemprego, a intensificação da precarização e as mudanças nas práticas de trabalho moldaram de forma duradoura o panorama laboral brasileiro, refletindo uma era de desafios e adaptações significativas.

## **5.3 Impactos no Mercado de Trabalho: Aumento do desemprego, intensificação da precarização e mudanças nas práticas de trabalho**

Diante das políticas de austeridade e da recessão aprofundada no início dos anos 80, o mercado de trabalho brasileiro experimentou transformações significativas. A elevada inflação e o encolhimento da atividade econômica levaram a um aumento considerável do desemprego. Muitas empresas, lutando para sobreviver em meio a um ambiente econômico adverso, reduziram

drasticamente seus quadros de funcionários. Simultaneamente, as mudanças nas práticas de trabalho, orientadas pela crescente necessidade de redução de custos, incentivaram a adoção de modelos laborais mais flexíveis e, muitas vezes, mais precários.

A informalidade no emprego, que já estava em ascensão, intensificou-se ainda mais como um reflexo direto da falta de oportunidades formais. Os trabalhadores encontravam-se cada vez mais em posições sem garantias legais, benefícios ou qualquer forma de segurança social. Essa precarização do trabalho não só afetou a estabilidade dos trabalhadores como também alterou as dinâmicas familiares, com muitos lares tendo que se adaptar a fontes de renda menos previsíveis e mais voláteis.

Essa transformação do mercado de trabalho ilustra não apenas uma resposta imediata às crises econômicas, mas também um rearranjo estrutural nas relações de emprego que perduraria por anos. O legado dessas mudanças deixou marcas profundas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro. As consequências de longo prazo dessas transformações revelam a extensão do impacto dessas políticas sobre a capacidade do país de oferecer empregos dignos e estáveis, influenciando decisivamente as discussões sobre reformas trabalhistas e sociais nas décadas seguintes.

#### **5.4 Legado da Crise: Consequências de longo prazo no mercado de trabalho**

As crises econômicas do início dos anos 80 transformaram profundamente o mercado de trabalho brasileiro, deixando um legado de mudanças que ainda influenciam a estrutura laboral atualmente. A introdução de políticas de austeridade e o subsequente aprofundamento da recessão não apenas exacerbaram o desemprego e a informalidade, mas também reconfiguraram de forma duradoura as práticas e as relações laborais no país. Esta era de incertezas econômicas forçou uma mudança na estrutura do emprego, onde a flexibilidade do mercado se opôs frequentemente à estabilidade do trabalhador, aumentando a vulnerabilidade de vastos segmentos da população.

A precarização do trabalho, que se intensificou durante este período, tornou-se uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Os empregos formais, com garantias trabalhistas e benefícios sociais, passaram a ser mais escassos, dando lugar a formas de contratação que oferecem pouca ou nenhuma proteção ao trabalhador. Além disso, a crise trouxe à tona a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, pondo em questão a sustentabilidade de políticas voltadas predominantemente para a estabilização macroeconômica sem considerar as profundas desigualdades sociais.

Esse período de transformações também incentivou um debate mais amplo sobre a legislação trabalhista e as políticas de emprego, levando a uma série de

reformas nas décadas seguintes. Estas reformas buscaram não apenas responder às exigências de um mercado globalizado mas também tratar das questões de equidade e justiça social, que se mostraram mais prementes à luz das crises vivenciadas.

Conforme nos aproximamos da conclusão deste estudo, é imprescindível avaliar como os eventos passados moldaram as diretrizes para as políticas trabalhistas e econômicas atuais. No capítulo final, ao abordarmos as reflexões finais e as perspectivas futuras, iremos examinar como as lições aprendidas no passado podem ser aplicadas para desenvolver um mercado de trabalho mais equitativo e resiliente, enfrentando os desafios atuais que definem o ambiente socioeconômico do Brasil.

## **CAPÍTULO 6: REFLEXÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

### **6.1 Síntese das Mudanças: Recapitulação das principais transformações nas práticas de trabalho ao longo do período estudado**

Ao longo dos anos abordados neste estudo, as práticas de trabalho no Brasil experimentaram uma série de transformações radicais, cada uma impulsionada por uma junção de fatores políticos, econômicos e sociais que moldaram o mercado de trabalho nacional. Com o governo de Juscelino Kubitschek, a implementação do Plano de Metas não apenas simbolizou o início de uma era de industrialização e modernização acelerada, mas também marcou o começo de uma mudança estrutural profunda nas relações laborais e nos padrões de emprego. A ideia de comprimir “cinquenta anos em cinco” atraiu um grande contingente de trabalhadores do campo para as áreas urbanas, o que não só ajudou a redefinir o perfil da força de trabalho nacional como também revelou rapidamente os desafios de integração e adaptação dessa nova classe trabalhadora ao ambiente urbano-industrial. Apesar do otimismo e das oportunidades de emprego criadas pelo crescimento econômico, muitas dificuldades sociais começaram a aparecer, como a desigualdade acentuada e a carência de infraestrutura urbana adequada, que resultaram em um cenário de desorganização urbana e formação de grandes áreas periféricas.

Com a ascensão de João Goulart e, posteriormente, do regime militar, o panorama trabalhista passou a ser moldado pela tensão entre tentativas de reforma social e uma repressão política e sindical severa. A proposta de Goulart de assegurar melhores condições para os trabalhadores, especialmente no meio rural, foi bruscamente interrompida pela ditadura militar, que impôs uma série de controles e limitou drasticamente a atuação sindical, afetando diretamente a capacidade de os trabalhadores se organizarem e lutarem por direitos. Nesse contexto, surgiu o chamado “Milagre Econômico”, período de crescimento econômico rápido, mas desigual, cujos benefícios foram predominantemente direcionados a elites empresariais e setores privilegiados da sociedade. A expansão econômica, enquanto aumentava os empregos na indústria e no setor de construção civil, também intensificava a precarização do trabalho, especialmente porque o regime militar controlava rigidamente os salários e reprimia qualquer tentativa de reivindicação por parte dos trabalhadores.

Essa combinação de políticas de crescimento econômico sem a devida atenção às garantias trabalhistas trouxe consequências que predominam até hoje. Ao final da ditadura e com o advento das crises globais do petróleo, a economia brasileira encontrou-se em uma posição de extrema vulnerabilidade, marcada pelo endividamento externo e pela inflação crescente. Nos anos que antecederam a crise de 1982, o mercado de trabalho brasileiro tornou-se cada vez mais caracterizado pela informalidade e pela insegurança laboral, fenômenos que foram se consolidando como elementos estruturais da economia. As altas taxas de desemprego e a migração para o setor informal refletiram uma realidade em que a maior parte dos trabalhadores não conseguia ter acesso a condições dignas de trabalho. A transição do Brasil de uma

economia rural para uma economia industrial e urbana, embora tenha trazido avanços tecnológicos e gerado oportunidades, mostrou-se insustentável para uma parte significativa da população, que enfrentava diariamente as consequências de uma economia que não havia sido pensada para incluir a todos de maneira equitativa.

Olhando para o conjunto dessas transformações, é possível perceber como o desenvolvimento econômico foi priorizado em detrimento da proteção social e da segurança trabalhista. A ausência de uma política de desenvolvimento que equilibrasse crescimento e inclusão acabou por criar um mercado de trabalho marcado pela desigualdade e pela precarização estrutural, um legado que persiste e apresenta desafios até hoje. Ao longo deste período, a tensão entre progresso econômico e bem-estar social criou uma estrutura laboral problemática, dificultando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Esse cenário, caracterizado por um mercado de trabalho segmentado, evidenciou as profundas consequências de políticas que, embora tenham impulsionado o crescimento econômico, acabaram deixando de lado a necessidade de inclusão e proteção social. Com isso, uma análise sobre os efeitos de longo prazo dessas mudanças torna-se essencial para entender como essas políticas moldaram o cenário pós-1982.

## **6.2 Impactos de Longo Prazo: Efeitos das mudanças nas relações de trabalho pós-1982**

Os impactos das mudanças nas relações de trabalho no Brasil após 1982 são evidentes em um mercado de trabalho ainda marcado pela informalidade, desigualdade e instabilidade. A transição para um ambiente de trabalho mais moderno enfrentou uma série de obstáculos, muitos deles herança das políticas econômicas e trabalhistas das décadas anteriores. Com a crise econômica dos anos 1980, as políticas de austeridade e ajustes estruturais tornaram-se frequentes, impondo novas formas de precarização ao trabalho. Em vez de atender às necessidades de uma sociedade em transformação, essas políticas priorizaram a estabilidade macroeconômica, muitas vezes em detrimento da segurança e do bem-estar dos trabalhadores, reforçando uma divisão no mercado de trabalho: de um lado, aqueles com empregos formais e acesso a direitos trabalhistas e de outro, uma grande parcela que ficou preterida à informalidade, sem qualquer rede de proteção social.

A abertura econômica dos anos 1990 e o avanço da globalização trouxeram novos desafios, intensificando algumas dessas desigualdades. A modernização das empresas e a chegada de novas tecnologias, que exigiam uma mão de obra mais qualificada, aumentaram a exclusão de trabalhadores sem acesso à educação e treinamento adequados. A flexibilização das leis trabalhistas foi pensada para atrair investimentos e alinhar o Brasil ao mercado global, mas nem todos os trabalhadores se beneficiaram desse processo. Para muitos, essa flexibilização trouxe mais insegurança, com o aumento dos contratos temporários e do trabalho informal. Isso criou uma dinâmica no mercado em que

o crescimento econômico nem sempre se refletia em melhores condições de trabalho ou em uma distribuição mais justa de oportunidades. Assim, o desenvolvimento econômico passou a conviver com um mercado de trabalho fragmentado, perpetuando a desigualdade estrutural no país.

Ao longo do tempo, os efeitos dessas mudanças se tornaram mais visíveis na vida dos trabalhadores e nas suas expectativas. A informalidade e a falta de uma estrutura sólida de direitos deixaram milhões de brasileiros em empregos instáveis, reforçando as desigualdades. As crises econômicas do século XXI, como a recessão de 2014, não só revelaram a fragilidade do modelo econômico, mas também expuseram a vulnerabilidade dos trabalhadores que dependem de empregos sem garantias. Esse contexto aponta para a urgência de repensar o futuro das relações de trabalho no Brasil. À medida que o mercado global evolui, novas demandas e tendências surgem, e o país precisa refletir sobre os desafios que isso trará para garantir um mercado de trabalho mais forte e inclusivo.

### **6.3 Perspectivas Futuras: Reflexões sobre tendências e desafios para o mercado de trabalho no Brasil**

Ao refletir sobre as perspectivas futuras para o mercado de trabalho no Brasil, percebe-se que os desafios para a próxima geração são tão complexos quanto os enfrentados nas décadas anteriores, mas trazem novas oportunidades. Em um cenário global marcado pela digitalização e pelo avanço da automação, a estrutura do mercado de trabalho precisará ser repensada para garantir que o progresso tecnológico beneficie a todos, e não apenas uma pequena parcela da população. Isso exigirá políticas públicas que abordem o impacto da tecnologia na vida dos trabalhadores, criando um equilíbrio entre inovação e inclusão social. É urgente que o país invista em capacitação tecnológica e em programas de qualificação que promovam habilidades voltadas para o futuro, pois muitos dos empregos tradicionais estão em processo de transformação. Esse movimento precisa se expandir para além dos grandes centros urbanos, de modo que as regiões menos desenvolvidas também tenham acesso a essas oportunidades.

O Brasil precisa considerar seriamente a criação de políticas que protejam os trabalhadores em um mercado que se torna cada vez mais flexível e, ao mesmo tempo, incerto. As novas formas de trabalho, como o trabalho temporário, freelancer e remoto, representam uma mudança importante, mas também trazem insegurança para quem depende dessas atividades para seu sustento. Políticas de seguridade social que abranjam esses trabalhadores, muitas vezes desamparados pela legislação atual, seriam um passo necessário para evitar que a informalidade e a precarização se intensifiquem ainda mais. Nesse sentido, a criação de uma rede de proteção social que garanta direitos básicos e segurança para todos, independentemente da modalidade de trabalho, é fundamental para um mercado mais inclusivo e justo.

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de melhorar as condições de trabalho nas ocupações que não serão facilmente substituídas pela automação,

como os setores de serviços e de cuidados, que são essenciais para a sociedade. Muitas vezes, esses trabalhadores enfrentam condições desiguais e de baixa remuneração, e políticas voltadas para o reconhecimento e valorização dessas ocupações podem ter um impacto significativo na vida de milhões de brasileiros. Ao estabelecer padrões que incentivem a melhoria das condições de trabalho nesses setores, o Brasil pode contribuir para uma economia mais proveitosa.

Finalmente, as tendências globais apontam para uma preocupação crescente com o bem-estar dos trabalhadores e a sustentabilidade no ambiente de trabalho. O Brasil tem a oportunidade de avançar para uma agenda que não apenas gere empregos, mas que também promova a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. Integrar sustentabilidade, segurança e saúde no trabalho como pilares fundamentais das políticas públicas poderia transformar o mercado de trabalho brasileiro em uma referência de inovação social. O país precisa aprender com o passado e buscar se adaptar para que o desenvolvimento econômico ande conjuntamente com a justiça social e a qualidade de vida.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Marcelo de Paiva. "O Plano de Metas (1956-1961): Estudo sobre um programa de desenvolvimento." *Revista de Economia Política* 24.1 (2004): 88-109.
- Buarque, Cristovam. *JK e o programa de metas: um projeto de desenvolvimento nacional*. Editora Paz e Terra, 1989.
- Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Paz e Terra, 1982.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- Lessa, Carlos. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Villela, Annibal, and Wilson Suzigan. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1930-1980)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- Baer, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- Cardoso, Fernando Henrique, and Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Zahar, 1970.
- Cardoso, Adalberto Moreira. *Mudanças nas Relações de Trabalho no Brasil: Uma Abordagem Socioeconômica*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. Editora Brasiliense, 1973. - Veloso, Fernando; Villela, André; Giambiagi, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Linhares, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Cardoso, Adalberto. *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2003.
- Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- Skidmore, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- Gremaud, Amaury Patrick, et al. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- Pochmann, Marcio. O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- Baltar, Paulo Eduardo de Andrade. Desemprego e precarização: a persistência da crise do emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP. IE. Instituto de Economia, 2000.
- Antunes, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.